



ATA Nº23

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE BORBA

REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2013

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, no Salão da casa do Povo da Orada, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Período Antes da Ordem do dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Análise conducente à aprovação da ata nº 22 da Sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Pedido de Declaração à Assembleia Municipal de carácter estratégico e prioritário do projeto "Modernização AlentejoCentral@2015"

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2013.



**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Pedido de Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais por tempo indeterminado.

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Confirmação das deliberações camarárias de 19-02-2013, sobre Redução do número de Trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a 31-12-2013, inferior à prevista no nº1 do Artº. 59 da Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado), e sobre Renovação de Contratos em Funções Públicas a Termo Resolutivo.

**PONTO TRÊS PONTO SEIS** Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Benjamim António Ferreira Espiguinha, Maria Filipa Martins de Almeida, Roberto Carlos Vagante Ganito, Augusto Manuel Bilro Guégués, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, Sérgio Manuel Pécurto Gazimba, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes, Luis Miguel Pena Rodrigues Rato, Manuel Filipe Liliu Prates, Celso Miguel Lopes Ramalho, António José Lopes Anselmo, Amélia da Conceição da Silveira Bilro, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----

Verificou-se a ausência dos membros: Maria João Barroso Lopes Cavaco que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº1**) e foi substituída pelo Senhor Luis Miguel Pena Rodrigues Rato. António José Moura Proença, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº2**) e foi substituído pelo senhor Roberto Carlos Vagante Ganito. Joaquim Maria Godinho Veiga que justificou a sua



falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº4**). -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Orada, o facto de os ter recebido, naquele dia, para a realização daquela sessão ordinária da Assembleia Municipal de Borba. -----

Seguidamente fez uma ligeira correção na ordem de trabalhos e agradeceu a todos os membros a disponibilidade que tinham demonstrado para receberem, de forma pouco habitual, a documentação referente àquela assembleia. -----

**PONTO UM:** Período antes da Ordem do Dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que nada de relevante havia a assinalar, no entanto, e como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

----- **O deputado Rogério Pécurto** desejou boa noite a todos os presentes e disse que os eleitos do partido socialista tinham uma moção para apresentar à mesa da Assembleia Municipal, a qual passava a ler: -----

**“MOÇÃO** -----  
A proposta de **nova Lei das Finanças Locais** (Lei 122/XII), já aprovada pelo atual Governo PSD/CDS, **não serve Portugal** e os portugueses, **é desastrosa, irá prejudicar e agravar ainda mais** as já difíceis condições de **vida das populações** de todas as **Freguesias e Concelhos do País**. -----

A **Assembleia Municipal de Borba**, reunida no dia 22 de fevereiro de 2013, depois de ter analisado a proposta de nova Lei das Finanças Locais (Lei 122/XII – regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) já aprovada pelo atual Governo PSD/CDS, o Parecer do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Resolução, de 30 de janeiro de 2013, do Conselho Geral da ANMP



sobre a mencionada proposta e **para ajudar a salvaguardar, garantir e promover os direitos fundamentais** e o bem-estar social das populações de todas as Freguesias e Concelhos do País, a autonomia política, administrativa e financeira do Poder Local Democrático, **delibera** o seguinte: -----

**1 - Afirmar que a proposta de nova Lei das Finanças Locais** (Lei 122/XII), já aprovada pelo atual Governo PSD/CDS, **é "gravíssima", "inaceitável"** para os Municípios, **"tendo consequências desastrosas para as populações"** porque **reduz e "afeta a capacidade de gestão e a autonomia locais**, ferindo a Constituição da República Portuguesa, a Carta Europeia de Autonomia Local e as Recomendações do Conselho da Europa" como é reconhecido quer pelo Conselho Diretivo quer pelo Conselho Geral da ANMP, em deliberações já aprovadas e tornadas públicas; -----

**2 – Salientar** designadamente que: -----

- a) As profundas melhorias do bem estar social das populações a nível de todas as Freguesias e Concelhos do País, devem-se essencialmente à capacidade de realização, à correta utilização e rentabilização dos escassos meios disponíveis administrados pelas Autarquia Locais Portuguesas; -----
- b) As autarquias locais, nos termos do disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP), são pessoas coletivas territoriais, com órgãos representativos, a quem cumpre dar resposta à *"prossecação dos interesses próprios das populações respectivas"*, não devendo ser confundidas, assim, com sucursais ou agências da Administração Central (do Governo), nem sendo instrumentos de ação do Governo, mas sim formas autónomas de organização das populações locais, residentes nos respetivos territórios; -----
- c) O princípio da autonomia local significa que **as Autarquias Locais**, no desempenho das suas atribuições e no exercício das suas competências, **não podem ficar dependentes de autorizações governamentais** (tutela inspetiva de mera legalidade), revelando-se inadmissível, portanto, a avaliação de mérito por parte do Governo; -----



- d) A enorme **redução e eliminação das receitas** nos moldes propostos inseridos na proposta de Lei das Finanças Locais do Governo, **traduzem-se numa situação inaceitável para os municípios**, representando **mais uma brutal redução de cerca de 18% das atuais transferências** do Orçamento de Estado, ou seja na ordem de **400 milhões de euros**, pondo em causa a **coesão nacional e territorial** e prejudicando a generalidade dos municípios e as respetivas populações como consta no Parecer do Conselho Diretivo da ANMP; -----
- e) Com base nesta redução das receitas municipais, de todos os municípios, de 400 milhões de euros, estima-se que a Câmara Municipal de Borba terá uma redução anual das suas **receitas transferidas do Orçamento de Estado de cerca de 1 milhão de euros**; -----
- f) Com apenas 8,9% das receitas do Estado e com apenas 7,2% das despesas do mesmo Estado, os municípios são responsáveis por cerca de 36% do investimento público do País; -----
- g) Face às políticas de austeridade e restritivas do Governo, **os apoios e o investimento público** dos Municípios **têm diminuído** drasticamente, em prejuízo evidente das populações e das economias locais, o que a continuar conduzirá a uma **situação de desastre social**; -----
- h) As transferências das receitas do Orçamento de Estado de 2013 para o Poder Local (Municípios e Freguesias) representam **apenas 1,34%** do total das receitas do referido Orçamento; -----

**3 – Chamar a atenção que reduzir ainda mais o montante das transferências** financeiras do Orçamento do Estado **para o Poder Local** (Municípios e Freguesias), como defende o Governo na sua proposta de Lei, para além de **não ser aceitável, é um ato de má gestão e uma péssima e errada opção política** porque irá **agravar** ainda mais os **problemas existentes em cada Concelho do País** e **obrigará as Câmaras Municipais a concederem menos apoios** às diversas instituições de natureza social, desportiva, cultural, económica e



religiosa, aos desempregados, aos reformados, aos jovens e às famílias em dificuldades e a realizarem menos ações, projetos e obras, com efeitos negativos na economia local e na melhoria das condições de vida das populações. -----

**4 – Esclarecer e informar** mais uma vez face às **vergonhosas campanhas de manipulação e intoxicação da opinião pública** que continuam a ser feitas **contra o Poder Local e os eleitos locais**, quem são afinal os responsáveis pelo despesismo, pelo défice público e pela gigantesca **dívida direta do Estado**. -----

**5 – Chamar a atenção** mais uma vez que **Portugal só se desenvolve, Portugal só vence** a atual crise, a recessão económica, o défice orçamental, a dívida pública, o desemprego, a pobreza e a exclusão social, **se criar mais riqueza**, isto é, **se produzir mais bens e serviços competitivos**, vendáveis e orientados para os setores da atividade económica suscetíveis de maximizar e provocar mais efeitos positivos e concretos no aumento das exportações e na redução das importações **e se essa riqueza criada for distribuída** de forma justa e solidária **por todos os portugueses**. -----

**6 – Solicitar a empenhada intervenção** nomeadamente da Assembleia da República, dos Grupos Parlamentares, do Presidente da República e do próprio Governo **para efeitos de ser corrigida** a proposta **da nova Lei das Finanças Locais**, já aprovada pelo atual Governo PSD/CDS, para que o **Poder Local possa** efetivamente **servir ainda melhor** as populações, Portugal e todos os portugueses. -----

**7 – Esclarecer e informar as populações e as instituições** sobre o conteúdo da referida proposta de Lei e as respetivas consequências para a sua vida e **participar** em todas as ações destinadas **a defender e a reforçar a autonomia do Poder Local democrático**, uma das principais conquistas do 25 de Abril. “ -----

Borba, 22 de fevereiro de 2013 -----

Os Eleitos da Assembleia Municipal de Borba pelo Partido Socialista -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à discussão. -----



----- **A deputada Filipa Almeida** desejou boa noite a todos os presentes e disse que toda aquela situação política que se vivia desanimava as pessoas. Referiu não ter nada a criticar ao texto que tinha sido apresentado pelos eleitos do Partido Socialista. Tinha ouvido com atenção o que tinha sido dito e concordava com o referido. Salientou que seria importante que as populações conhecessem aquelas posições das assembleias municipais, dos órgãos autárquicos. Chamou a atenção para o tamanho do texto. Na sua opinião o texto era um pouco longo e, como infelizmente as pessoas liam pouco, tornar-se-ia mais difícil as pessoas lerem a Moção. No entanto, quanto ao conteúdo, nada tinha a opor. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, "*Nova Lei das Finanças Locais*", (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 3**), tendo a mesma sido aprovada com **15 votos a favor** (12 dos eleitos do PS e 3 dos eleitos da CDU) e **3 votos contra** (eleitos PSD). -----

----- **O deputado José Dias** desejou boa noite a todos os presentes e agradeceu à mesa da Assembleia Municipal a descentralização daquela assembleia para a Orada. -----

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da ata nº 22 da Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2012

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----  
Não havendo inscrições colocou a ata à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, **com 16 votos a favor** (eleitos do PS, PSD E CDU) e **2 abstenções** (1 eleito PS e 1 eleito PSD). --

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Pedido Declaração à Assembleia Municipal de carácter estratégico e prioritário do projeto "Modernização AlentejoCentral@2015"



----- **O Presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e referiu que, infelizmente, cada vez mais as políticas do país afastavam as pessoas daquele tipo de debates. -----

Relativamente àquele ponto disse que o país inovava muito e que tinha chegado a uma altura que já se inovava por tudo e por nada e que já não se sabia muito bem o que eram leis. -----

Referiu que o que era pedido era uma declaração que uns senhores, que pertenciam a um programa chamado COMPETE, tinham entendido que a CIMAC, para apresentar uma candidatura (Modernização Administrativa) para todos os municípios e para que a mesma fosse aceite e depois aprovada, tinham que ter uma declaração passada por todas as assembleias municipais, na qual aprovassem a minuta aprovada em reunião de câmara. ----

Salientou que aquilo ia na linha das tentativas de esvaziar cada vez mais os poderes das autarquias locais e transferir determinado tipo de competências para outros organismos que nem tinham conhecimento do que estava a acontecer. -----

Seguidamente disse que o governo todos os dias lançava decretos-lei para o exterior, exemplificando com o **Programa Valorizar**. As Comunidades Intermunicipais do país não tinham sido consultadas relativamente ao interesse naquele programa. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** desejou boa noite a todos os presentes e perguntou se era obrigatória aquela declaração da Assembleia Municipal. Perguntou se aquela candidatura permitia aumentar a eficiência da Internet nas aldeias, se permitia a igualdade de todos os cidadãos no acesso à Internet no concelho. De seguida referiu uma frase de Fernando Pessoa “ Os livros são papéis pintados com tinta, onde está indistinta a distinção entre o nada e coisa nenhuma”, para exemplificar o que estava ali a ser pedido. Salientou que seria incapaz de votar a favor e que se iria abster. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que aquela candidatura que ali estava tinha que ver, fundamentalmente, com todo o processo de Modernização Administrativa que as



câmaras municipais e a comunidade intermunicipal do Alentejo Central tinham feito ao longo daqueles anos. -----

Afirmou que as dúvidas que o senhor deputado Carlos Cabral tinha, também tinham sido dúvidas que lhes tinham surgido a eles. Acrescentou que nem sabiam se aquela candidatura seria aprovada ou não, porque o governo se preparava para transferir o dinheiro todo para administração central. Afirmou que, apesar de tudo, iriam continuar a apresentar candidaturas. -----

Referiu que tudo aquilo cada vez mais tinha que ver com a desmaterialização dos processos, com as mudanças que tinham que se fazer na administração pública, particularmente nas autarquias, com o objetivo de cada vez mais servir melhor as populações. -----

Salientou que aquele tipo de coisas cada vez mais existia para um determinado estrato etário e para pessoas com um determinado tipo de formação. Acrescentou que, infelizmente, no país, cada vez mais se achava que todos tinham que ser uns expertos em informática, formados em novas/altas tecnologias e depois acontecia o que acontecia pelo país fora. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** recordou que o que era solicitado à assembleia municipal era uma declaração, cuja cópia estava nos documentos que tinham sido distribuídos. Referiu que a declaração estava na posse da mesa da assembleia municipal e que depois da votação dos documentos seria, ou não, assinada pela mesa da assembleia. Disse que o que iria ser deliberado seria a aprovação, ou não, daquela declaração. -----

Não havendo inscrições colocou os documentos à votação tendo os mesmos sido aprovados por maioria com **17 votos a favor** (eleitos PS, PSD, CDU) e **1 abstenção** (eleito PS).

### **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2013.**



----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que o governo também tinha inovado naquele campo. Tinha obrigado as câmaras municipais, no país dos decretos, com virgulas ou sem virgulas, com “das” e com “dos”, a arranjamem as mais diversas formas para sobreviverem e a perderem tempo com coisas que não faziam sentido algum. Saliou que mais uma vez obrigava a que as assembleias municipais tivessem que se manifestar sobre se as câmaras poderiam ultrapassar, ou não, o limite de trabalhadores contratados. Para abrir concurso teriam que o solicitar à assembleia municipal, para que aquela aprovasse, ou não. -----

Afirmou que o objetivo do governo era terminar com as Câmaras Municipais, tal como tinha feito com as Juntas de Freguesia. Com a Lei da Finanças Locais e com a que se seguia – a Lei das Competências – qualquer dia não conseguiriam fazer obras, ou por falta dinheiro ou de pessoal. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** desejou boa noite a todos os presentes e disse que entendia as dúvidas do senhor presidente relativamente à contratação ou não de pessoal, mas estavam perante uma coisa cíclica que se tornava um erro, porque quando tinham feito o plano de pessoal deveriam ter contemplado aquelas situações. Referiu que se ele pegasse na declaração de voto que tinha sido feita pela CDU no ano anterior aquela aplicar-se-ia àquele dia. O que queria dizer que o que não tinha sido contemplado havia um ano continuava a não ser contemplado naquele plano. Afirmou que o erro continuava a ser o mesmo do ano anterior e que, na sua opinião, era irrisório aquele ponto da ordem de trabalhos estar ali presente. -----

Segundo, ele deveria existir mais atenção na elaboração do Plano do Mapa de Pessoal para evitar aquelas alterações. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que no país em que se vivia, por muito criativos e inovadores que fossem, não conseguiam responder ao que lhes surgia no dia-a-dia, porque o que naquele dia era verdade, no dia seguinte já seria mentira e depois



originavam-se aquelas situações. Grande parte das “trapalhadas” que muitas vezes existiam era resultado da legislação que saía todos os dias. -----

Salientou que estava a ficar com a paciência esgotadíssima para aturar aquela gente que estava a governar o país. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** recordou o ponto que se estava a analisar e a discutir. -----

Não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **12 votos a favor** (eleitos PS) e **6 abstenção** (eleitos do PSD e CDU). -----

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Pedido de Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais por Tempo Indeterminado.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que o objetivo daquele pedido de autorização prendia-se co a necessidade de legalizar a situação de algumas pessoas que trabalhavam, havia uma série de anos, na Autarquia. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que estavam de acordo com tudo o que contribuísse para tornar a situação dos trabalhadores menos precária, que era o caso que ali estavam a analisar e a discutir (contratos por tempo indeterminado), porque segurança no emprego já não existia. Acrescentou que aqueles trabalhadores faziam falta nos serviços, que a fundamentação estava ali e que a câmara precisava da contribuição daquele pessoal. Afirmou que estavam de acordo com aquela proposta. -----

Referiu que, dois meses antes, aquela situação teria dependido da câmara e da assembleia municipal mas que, naquele momento, já não dependia só daqueles dois organismos. Naquele momento, a entrada daqueles trabalhadores para uma situação de contrato por tempo indeterminado dependia da autorização do governo. Não sabiam se o governo autorizaria o que ali fosse aprovado. A sua crítica vinha no sentido de só naquele momento estarem a tentar resolver a situação, quando havia dois meses já se sabia que aquele



peçoal era necessário. Porquê naquele momento, quando aquela autorização dependia do governo e as autorizações eram casuísticas. A pergunta que deixava era o que é que a câmara iria fazer se a autorização viesse rejeitada, visto que a câmara precisava dos trabalhadores e os trabalhadores precisavam do trabalho. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que as situações se tinham alterado com a nova Lei do Orçamento do Estado. -----

Caso não tivessem autorização por parte do governo para aqueles concursos fariam qualquer coisa do género do que estavam a fazer com as faturas nos cafés, naquele momento: pediriam faturas em nome do Pedro Coelho e do Vítor Gaspar. Referiu que caso isso acontecesse apetecia-lhe convidar o senhor Passos Coelho para vir varrer as ruas, ou então o interior do país seria fechado.-----

Salientou que as leis do país não eram para ser levadas a sério. Na sua opinião deveriam ir todos ao “beija-mão” para que os concursos fossem aprovados, mas depois restava saber se o “beija-mão” serviria só para os laranja ou se serviria também para os cor-de-rosa e para os vermelhos. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse pensar que aquelas alterações poderiam ter sido feitas com mais cuidado; que a política de pessoal deveria ser feita de forma mais programada, pensada no mais longo prazo possível. Segundo a sua opinião estavam numa navegação sem fim à vista. Naturalmente aquilo teria que ver com as necessidades da câmara, com as dificuldades das pessoas; não punha em causa que a câmara de Borba, dentro das suas capacidades, das suas possibilidades, contribuísse para a diminuição do desemprego no concelho, não duvidava das boas intenções, no entanto, afirmou ser muito mais arriscado naquele momento do que teria sido em 2012. -----

Afirmou que, assim, restava esperar pela decisão do governo; esperar para ver se teria que ser o primeiro-ministro a varrer as ruas ou enterrar os mortos, porque aquele concurso também tinha que ver com a profissão de coveiro. -----

Terminou a sua intervenção reafirmando que não era bom arriscar daquela maneira. -----



----- **O Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. -----

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Confirmação das deliberações camarárias de 19-02-2013, sobre Redução do número de Trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a 31/12/2013, inferior à prevista no nº.1 do Artº.59 da Lei nº.66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de estado 2013), e sobre Renovação de Contratos em Funções Públicas a Termo Resolutivo.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que aquela era outra “trapalhada”. De seguida explicou que havia um ano que tinham feito contratos com trabalhadores, renováveis ao final de um ano, até 3 anos, e que naquele momento a lei do orçamento do estado dizia que tinham que reduzir 50% dos contratados, mas que se eles tinham contratado os trabalhadores tinha sido porque precisavam deles. -----

Disse que nunca tinha tido problemas em falar com o microfone ligado. Referiu não ter problema algum em ir buscar aqueles trabalhadores por outras formas para tornear a malvadez da legislação que era feita pelo governo. Disse que o governo o que queria era que os municípios fossem a empresas de trabalho temporário e aos privados buscar trabalhadores, o que era vergonhoso, mas tinha que ser dito. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que a Lei do Orçamento do Estado, no prazo de 50 dias, tinha errado por 100%. Referiu que talvez num orçamento retificativo aquelas coisas pudessem vir a ser tratadas. Salientou que a discussão política não era a discussão do futebol. O grande problema tinha sido quando o orçamento de estado tinha sido apresentado saber-se que ele estava completamente errado. O que estava em causa, naquelas leis todas, era um modelo social de trabalho: ou se ia para o modelo chinês ou então ia-se para o modelo europeu. De seguida explicou o que tinha referido. -----

Realçou que era o modelo ideológico que estava por detrás que levava a desregulamentar completamente os mercados de trabalho para possibilitar aquelas coisas. Aquelas



situações estavam a acontecer tanto em empresas privadas como nas universidades, as pessoas do quadro estavam a sair e estavam a convidar assistentes a três meses, com salários de seiscentos euros. Aquilo estava acontecer em universidades públicas. -----

Na sua opinião aquela questão do modelo social do mercado de trabalho deveria ser discutida calmamente para que fosse escolhido o modelo que melhor se adaptasse ao nosso mercado de trabalho, ao mercado de trabalho da europa. Afirmou que deveriam existir regras para que a sociedade caminhasse normalmente, para que os jovens conseguissem ter alguma estabilidade e oportunidade no mercado de trabalho. O presente e o futuro se fundassem na história dos povos e das nações. -----

Realçou que aquelas situações tinham que preocupar tanto a Câmara Municipal como todos os presentes. Com cerca de 40% da população jovem no desemprego quais seriam as consequências, dali a 20 anos, na vida da sociedade portuguesa - perguntou. Realçou que não podiam abandonar cerca de metade de uma geração ao desemprego pois nenhum país suportaria tal situação, tais desigualdades. -----

Disse que as políticas públicas se desenhavam por antecipação ou por seguimento. Os Portugueses teriam que parar para pensar qual o caminho a seguir. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** referiu, na sequência da intervenção do senhor deputado Carlos Cabral, a qual os fazia pensar, refletir na sociedade onde estavam inseridos, um caso relativo às universidades públicas nas quais que se faziam contratos para os docentes, por semestre. Abriam-se os procedimentos concursais quando começava o semestre, os alunos pagavam as propinas para o ano inteiro e a universidade tinha 2 ou 3 professores de um determinado departamento e os outros professores eram professores convidados por concurso, conforme tinha referido o senhor deputado Carlos Cabral. Como só podiam dar a primeira aula depois de o reitor assinar o contrato o semestre ficava reduzido a algumas aulas. Seguidamente explicou que aquela era a forma como a educação estava desenhada em Portugal. Afirmou que aquelas situações lhe tiravam o sonho. -----



----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que aquelas questões preocupavam toda gente, eram situações reais que estavam acontecer naquele momento, no país. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** fez referência a uma oferta de emprego que tinha vindo no dia anterior, no portal oficial do emprego, a qual pedia um especialista em negócio internacional, com domínio em Inglês, Alemão e Mandarim, para viver em Teerão numa agência de negócios, por 485€ por mês. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** Não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação tendo os mesmos sido aprovados por **unanimidade** -----

**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** *Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira*

----- **O Presidente da Câmara Municipal** relativamente ao Relatório Financeiro disse que, em termos de execução orçamental da receita, tinham cerca de 58,58%. A execução orçamental da despesa era de 56,01%. Relativamente ao PAEL disse que estavam espelhados na última página dos documentos todos os passos que tinham sido efetuados. Disse que aquilo a que assistiam, relativamente às execuções financeiras, à leis de compromissos, aos cortes, era que, ao lerem os jornais, viam que o governo tinha aumentado a despesa em 11,01% em janeiro, mas que, se as câmaras municipais fizessem alguma despesa que não estivesse prevista, o presidente era obrigado a pagar do seu bolso. Relativamente ao Relatório das Atividades referiu que não tinha sido possível passarem ali os DVDs que tinham sido feitos do projeto URBAL, como estava previsto; em termos logísticos tinha sido complicado. Disse que tinham encerrado o Projeto no Brasil e queria que alguns deputados daquela assembleia vissem que as deslocações, quando eram feitas, eram por coisas úteis. -----

Realçou a participação na Assembleia Distrital para aprovação do orçamento e para efetuarem a transferência de património para a CIMAC; participação em reuniões do QEE, o novo quadro comunitário. -----



Disse que o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo estava em conclusão; a proposta do Plano de Pormenor de Apoio à Ecopista estava concluída; O Plano de Pormenor da Santa Bárbara se encontrava em execução. -----

----- **O Senhor Vereador Hugo Mendanha** da listagem distribuída pelos senhores deputados realçou a obra que estava a ser feita na circular externa de Borba, em frente às instalações da Adega Cooperativa de Borba: a ligação das águas pluviais. Acrescentou que aquela obra estava a demorar mais tempo do que o programado devido aos bancos de mármore encontrados. Relativamente ao resto das atividades inseridas naquela listagem referiu que se encontrava ao dispor para esclarecer ou clarificar alguma coisa, caso houvesse necessidade da sua intervenção. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** perguntou como estava a situação da iluminação, o caso dos relógios astronómicos instalados nos PT's. Perguntou se aquela situação se adaptava a todo o concelho. -----

Relativamente à obra da circular externa de Borba chamou a atenção para o trânsito naquela zona. Em sua opinião não haveria necessidade de o trânsito se fazer nos dois sentidos na zona da obra, pois tornava-se perigosa a forma como estava orientado e sinalizado. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** relativamente à obra da circular externa de Borba disse que o vereador Hugo tomaria nota, para depois ver o que poderia ser alterado. -----

Relativamente à poupança de energia disse que os relógios astronómicos acendiam 20 minutos depois do pôr-do-sol e apagavam meia hora antes do nascer do sol. Disse pensar que aquela situação estava resolvida. Acrescentou que os candeeiros que não tinham autocolante e estavam sem luz era porque a lâmpada estava fundida e o candeeiro não tinha sido desligado. -----

Referiu que todo aquele processo se tinha estendido a todas as freguesias do concelho de Borba. Disse que tinham procedido a alguns ajustamentos, depois de desligados alguns candeeiros, porque nem sempre o que constava no papel se aplicava ao terreno. Realçou



que aquela situação poderia ser uma situação transitória, tudo dependendo da taxa de IVA aplicada à eletricidade pelo governo. Referiu que tinham optado, numa outra fase, por desligar todas as luminárias da EN4 e a zona do Pingo Doce até à EN4, a partir da meia-noite, e o mesmo iria acontecer a uma parte que dava o acesso a Rio de Moinhos. Informou que as coisas estavam a acontecer dentro do que tinha sido previsto. Disse que as reclamações apresentadas depois seriam analisadas e, caso se verificasse que tinha existido algum erro, esse mesmo erro seria corrigido. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** desejou boa noite a todos os presentes e disse que tinha recebido muitas reclamações e que, como o senhor presidente tinha dito, as Juntas de Freguesia tinham a descentralização de competências para comunicar à EDP os casos de lâmpadas fundidas, mas não tinham a competência para mandar desligar candeeiros. Segundo a sua opinião deveria existir um maior cuidado na informação junto das populações, por parte da câmara, no que relativamente à redução das luminárias. -----

----- **O Presidente Câmara Municipal** disse ao senhor deputado Edgar Liliu para encaminhar todas aquelas reclamações para a câmara. Salientou que não atenderiam à iluminação de quintais. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, as quatro minutas da ordem de trabalhos.-----

As minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

Agradeceu ao senhor presidente da Junta de freguesia da Orada, ao digníssimo público ali presente e aos membros da assembleia que se tinham deslocado ali, para partilharem os assuntos apresentados. -----

----- **O deputado José Dias** agradeceu a colaboração estabelecida entre a mesa da assembleia e a junta de freguesia e o terem efetuado aquela assembleia na Orada. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal agradeceu** ao senhor presidente da Junta da Orada, em nome da câmara, a forma como tinham sido recebidos. -----



Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal**

---

Jerónimo João Pereira Cavaco

**O Primeiro Secretário**

---

Francisco José Ramalho Mendes

**O Segundo Secretário**

---

Joaquim Manuel Ganito Trincheiras